

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.787, DE 2002

“Regulamenta as atividades das agências de emprego”.

Autor: Deputado NEUTON LIMA

Relator: Deputado LEONARDO PICCIANI

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Neuton Lima, tem por escopo regular a atividade das agências de emprego.

Segundo o projeto, é lícito a essas entidades empresariais a seleção, intermediação e treinamento de mão-de-obra, bem como manter cadastros de candidatos a emprego e de vagas a serem preenchidas, ficando-lhes, no entanto, proibido cobrar qualquer valor dos candidatos, prática esta caracterizada como crime, com pena de detenção de seis meses a um ano e multa.

Justificando a medida, o Autor argumenta que a costumeira prática de as agências de emprego cobrarem taxas e outros valores dos candidatos torna figurativo o princípio do livre acesso ao mercado de trabalho, já que só consegue emprego aquele que por ele pode pagar.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A justiça e oportunidade da medida proposta é evidente e dispensa maiores comentários.

No entanto, seu texto exige aperfeiçoamentos. O termo “intermediação”, constante do “caput” do art. 1º, pode levar a interpretações errôneas, no sentido de que estaria sendo legitimada a nefasta prática da locação de mão-de-obra, condenada, inclusive, por resolução da OIT.

Além disso, o projeto apresenta evidente erro de técnica legislativa: refere-se a agências de emprego sem, anteriormente, conceituá-las.

Embora a análise da técnica legislativa dos projetos não seja da competência específica desta Comissão, entendemos que, em casos como este, quando a imperfeição de técnica pode levar à má interpretação do próprio mérito, tal vício pode e deve, desde já, ser sanado.

Posto isso, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.787, de 2002, na forma do substitutivo que apresentamos em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado LEONARDO PICCIANI
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.787, DE 2002**

Dispõe sobre as atividades de agências de emprego.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A atividade das agências de emprego é regulada pela presente lei.

Parágrafo único. Considera-se agência de emprego a entidade empresarial que tem por atividade fim a seleção, treinamento e colocação de mão de obra no mercado de trabalho.

Art. 2º As agências de emprego podem manter cadastros de candidatos e de vagas a serem preenchidas.

Parágrafo único. É vedada a cobrança de qualquer valor dos candidatos a emprego.

Art. 3º A infração do disposto no parágrafo único do artigo anterior constitui crime.

Pena: detenção de 6 meses a 1 ano e multa.

At. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado LEONARDO PICCIANI

Relator